



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA OITO DE
NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO**

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

.....
Não esteve presente a Vereadora Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, por se encontrar ausente do país, em representação do Município, juntamente com a Rota da Bairrada, numa Feira Internacional que decorre no Brasil.

A falta foi considerada justificada.

Notificados os elementos seguintes da Lista do CDS-PP à eleição para os órgãos das Autarquias Locais (eleição para a Câmara Municipal) João Carlos Pinto Martins, Tiago Manuel Borges Matias e Jéssica Iolanda Amorim Lourenço, os mesmos comunicaram que, por razões pessoais, não poderiam estar presentes, tendo, por conseguinte, sido notificado o elemento seguinte.

Nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, compareceu Inês Pinhal Carreira.

.....
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, relativamente a um requerimento entregue na última Reunião Ordinária da Câmara Municipal por parte do Vereador Fernando Silva a respeito do Contrato Interadministrativo de



Oliveira do Bairro câmara municipal

Delegação de Competências, informou ter decorrido uma Reunião nos Paços do Concelho, aguardando-se que sejam apresentadas algumas notas por parte da Comissão de Acompanhamento, a qual, durante dois anos, não teve qualquer atividade e agora deverá efetuar as respetivas avaliações.....

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que se for entendimento do Presidente da Câmara encomendar uma Auditoria Externa, à semelhança do que propôs na referida Reunião de Câmara, entende que deveria ser dado conhecimento aos Vereadores, dado ser um assunto extremamente importante e atual.....

Disse ter tido conhecimento de alguns estragos provocados pelo temporal na vedação do Polidesportivo da Escola Dr. Acácio de Azevedo e que ainda não foi reposta, questionando se a Câmara Municipal já tomou algumas medidas, nomeadamente para prover a segurança dos alunos. Procurou saber para quando está prevista a adjudicação da empreitada referente à requalificação de arruamentos no Concelho.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que, mais uma vez, os Vereadores tiveram menos de 48 horas para analisar os assuntos da Reunião de Câmara.

Acerca da valorização do património, entende que deveria ser efetuado um levantamento dos marcos de estrada existentes no Concelho, que deveriam ser igualmente valorizados e registados.

Deu a conhecer que a Comissão Política do PPD/PSD emitiu um Comunicado, publicado na última edição do Jornal da Bairrada, na qual dava conta que os Vereadores e os Membros da Assembleia Municipal do CDS-PP teriam sido ouvidos e constituídos arguidos relativamente à decisão tomada no ano transato e no que respeita à aprovação do Orçamento Municipal do corrente ano. Assim, solicitou alguns esclarecimentos sobre esta matéria, dado o Executivo Municipal ter sido alertado relativamente a essa situação.....

O **Vereador António Mota**, reportando-se às bicicletas que se encontram paradas acerca de um mês junto ao Edifício dos Paços do Concelho, questionou o que se passa com as mesmas.....

Relativamente à Ordem de Trabalhos, solicitou que o Presidente da Câmara comesse a enviar os documentos em papel, nomeadamente quando se trata de Regulamentos.

No que respeita à iniciativa “Anadia Capital do Desporto”, verificou que Oliveira do Bairro não se encontrava representada na fotografia de família que foi publicada no Jornal da Bairrada, tendo questionado se o Presidente da Câmara foi ou não convidado a estar presente

Reforçou a ideia preconizada pelo Vereador Fernando Silva, já que não se tem visto que os buracos existentes nos diferentes arruamentos sejam reparados, realçando que a AdRA tem de ter mais cuidado quando soluciona o problema de uma rutura e depois repara os estragos de qualquer maneira e que só revela falta de profissionalismo.

Em relação aos arguidos focados pelo Vereador Álvaro Ferreira, disse lamentar que o Presidente da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Câmara não tivesse prestado qualquer esclarecimento aquando da sua intervenção inicial, tendo, por conseguinte, solicitado que fossem prestados os devidos esclarecimentos sobre aquela matéria e questionado se os visados não deveriam suspender as suas funções enquanto o assunto não se encontra resolvido.

Solicitou que o Presidente da Câmara fosse mais concreto em relação à reunião havida para tratar do assunto relacionado com o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.

O **Vice-Presidente da Câmara**, em relação à questão das bicicletas, informou que as mesmas não são propriedade do Município, foram ali colocadas aquando do evento “Mix & Move” por uma empresa do sector. O Município irá a curto prazo efetuar um investimento naquela área, no sentido de promover a utilização da bicicleta na Cidade e, por isso mesmo, elas encontram-se ali já como forma de consciencializar as pessoas e para que todos vejam que aquela será uma realidade a considerar num futuro próximo.....

O **Presidente da Câmara**, acrescentou que quem pretender utilizar as bicicletas poderá solicitar o cartão que desbloqueia as mesmas, junto à entrada dos Paços do Concelho.

No que respeita à Reunião para tratar do assunto relacionado com o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, informou que a Comissão de Análise que integra Técnicos da Câmara Municipal, do Agrupamento, da Direção Regional e da DGEST esteve reunida para fazer um ponto de situação.

Mais disse que o Município se encontra, paralelamente, a efetuar um levantamento, financeiro e não só, em relação a tudo o que o Município incorreu nos últimos anos, de modo a permitir ao Executivo Municipal tomar as medidas mais corretas.

Em relação à Escola Dr. Acácio de Azevedo, informou ter sido detetado o estrago na vedação, tendo sido prontamente iniciado o respetivo procedimento com vista à sua reparação, trabalhos esses que já foram adjudicados e que aguardam a competente intervenção com a melhoria das condições atmosféricas, encontrando-se devidamente salvaguardada a segurança dos alunos.

Relativamente aos danos nas estradas, informou que o Executivo Municipal quando tomou posse e reuniu com a AdRA, acertou com esta a forma de proceder à reposição de alcatrão nos locais em que o mesmo fosse danificado com as intervenções daquela entidade. Tendo em atenção o incumprimento do acordado por parte da AdRA, foi já solicitada uma reunião para tratar do assunto. Recordou a este respeito que o mesmo sucedeu com a Lusitânia Gás, que não cumpria com o acordado entre ambas as partes e a Câmara Municipal suspendeu as autorizações para corte de vias, enquanto aquela empresa não cumprisse com os alcatroamentos em falta, nomeadamente na Palhaça.....

Informou que o primeiro projeto para repavimentação de arruamentos no Concelho encontra-se a ser ultimado, de forma a poder-se iniciar o respetivo procedimento concursal ainda no corrente ano.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Quanto à questão da documentação, disse que irá equacionar o solicitado, de forma a que documentos de maior dimensão possam ser remetidos em papel, muito embora tenha realçado que os mesmos se encontram disponíveis para consulta.

Relativamente à iniciativa “Anadia Capital do Desporto” disse ter estado presente no evento, tendo sido tiradas diferentes fotografias, não se recordando do momento exato em que a fotografia publicada no Jornal da Bairrada foi tirada, mas confirmou que o Município foi convidado e esteve representado por intermédio do Presidente da Câmara. Realçou que Oliveira do Bairro foi dos primeiros Municípios a associar-se ao evento.

No que respeita ao assunto do Tribunal, referiu que o inquérito está a decorrer, encontrando-se o mesmo em segredo de justiça.

O **Vereador Fernando Silva**, reportando-se ao concurso de alcatroamento de arruamentos no Concelho referiu que os cidadãos pretendem ouvir uma resposta em relação ao início dos trabalhos e por conseguinte, questionou se ainda haverá pavimentações a ocorrer até ao final do ano.....

Quanto ao facto de os cartões para desbloquear as bicicletas se encontrarem na entrada dos Paços do Concelho, referiu haver uma má impressão junto dos Munícipes relativamente à pessoa que se encontra à entrada do Edifício, pelo que terá de ser exigido à empresa que coloque outra pessoa naquele lugar.

Referiu ter ficado agradado pelo facto de, ao fim de dois anos, ter havido uma reunião da Comissão de acompanhamento da execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, porque tem consciência que o Relatório irá trazer muitas surpresas, sendo que, o Movimento UPOB não pretende apoiar iniciativas cujas responsabilidades não são da Câmara Municipal e iniciativas com custos que não estão a ser pagos à Câmara Municipal.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, relativamente à questão do Ministério Público e do respetivo inquérito, procurou saber em que condição foram notificados, se na condição de testemunhas se na condição de arguidos.

O **Vereador António Mota**, disse que pelo que foi mencionado, a empresa cedeu as bicicletas como forma de publicidade e para que a Câmara Municipal a tenha em consideração aquando da abertura do respetivo procedimento concursal. Questionou se não deveria haver lugar ao pagamento pelo espaço público que está a ser utilizado.

O **Presidente da Câmara**, informou já ter respondido à questão levantada acerca do Ministério Público.

No que respeita às pavimentações, afirmou que ninguém pode iniciar uma obra sem que exista um Contrato e, por conseguinte, estão a ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de desencadear o respetivo procedimento concursal e a obra possa iniciar, tanto mais que tendo em atenção aos valores envolvidos terá de ser realizado um Concurso Público e, como tal, devem ser seguidas as



Oliveira do Bairro câmara municipal

regras dos Concursos Públicos. Assim que tudo estiver concluído avançarão os trabalhos de pavimentação nos arruamentos do Concelho, se possível ainda antes do final do ano.

Acerca do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, informou que uma das primeiras preocupações quando tomou posse, foi reunir com a DGEST essencialmente para debater questões financeiras, tendo em atenção as modificações surgidas no Município em relação aos dois anos letivos anteriores, com o número de auxiliares a aumentar significativamente, entendia-se que o Município não estava a ser ressarcido convenientemente e por conseguinte o apuramento está a ser efetuado, conjugando as verbas transferidas para o Município com o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e as despesas que o Município está a incorrer e somente no final desse apuramento é que se poderá afirmar se existem ou não desvios.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou ter tido conhecimento de duas ou três queixas em relação ao Vigilante há já algum tempo e que não era em relação à pessoa, mas sim ao facto de se ter passado a identificar as pessoas que entravam no edifício, mas a questão desvaneceu-se e nos últimos meses não se recorda de qualquer queixa relativamente ao Vigilante.....

Quanto à questão das bicicletas informou não haver qualquer tipo de publicidade, explícita ou implícita, as mesmas encontram-se naquele local por solicitação da Câmara Municipal e quando for aberto o procedimento concursal, a empresa terá de concorrer como todas as outras que assim o pretendam e ganhará aquela que apresentar melhores condições.....

PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 14 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – PROJETO DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse ser pretensão do Executivo Municipal a dinamização do Mercado Municipal. Em termos físicos essa será uma realidade a curto prazo por força de uma Candidatura que permitirá reformular as condições do edifício e no exterior por força de um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2018.

Mais disse que ficava a faltar a organização do Mercado, uma vez que o Regulamento em vigor data de 1994, encontrando-se, por conseguinte, manifestamente desadequado, pelo que o mesmo deve ser atualizado. Os valores inscritos no Regulamento não contemplam o custo total imputável ao funcionamento do Mercado, mas a Câmara Municipal entende que o espaço deve ser o mais dinamizado possível.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que o documento contém um conjunto de lapsos e de gralhas que convém corrigir antes de ser efetuada a consulta pública, nomeadamente os contributos



Oliveira do Bairro câmara municipal

recebidos e dos métodos justificativos para não comparecer no Mercado após a atribuição ser concretizada.

Questionou qual a taxa atual de ocupação do Mercado Municipal e desses, qual a percentagem de feirantes do Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Fernando Silva**, disse não aceitar que se fale em nome do Executivo Municipal num documento como este, nomeadamente quando é referido o cumprimento do Programa Eleitoral, porque o Executivo Municipal é composto por três forças partidárias, não tendo, contudo, sido identificada essa mesma força partidária.

Tendo em atenção que o Regulamento se reporta apenas ao interior do edifício, questionou como deverão proceder os feirantes que atualmente vendem os seus produtos no exterior do Mercado.

Entende igualmente haver situações no Regulamento que devem ficar perfeitamente definidas, dando exemplos do que para si são inconsistências no articulado.

Questionou porque razão, os produtos expostos e não vendidos não são encaminhados para uma Associação.

Concorda que o espaço do Mercado Municipal deve ser estimulado, porque caso contrário, qualquer dia, mais ninguém pretende deslocar-se aquele local para vender e comprar produtos e, por conseguinte, disse não compreender o valor das taxas uma vez que a taxa por m²/dia são mais baratas do que para aqueles que se vinculam por cinco anos e deveria ser precisamente o oposto. ..

O **Vereador António Mota**, questionou se o documento enviado aos Vereadores é o Regulamento final, uma vez que foram detetadas inúmeras incorreções.

Referiu ter ficado satisfeito por haver uma redução dos valores relativamente ao que está atualmente a ser praticado, designadamente para o pequeno produtor agrícola, porque poderá ser este o fator diferenciador para que o Mercado não venha a morrer.

O **Presidente da Câmara**, mencionou que, indo o documento para discussão pública permitirá retificar as gralhas que possam existir.

O Vice-Presidente da Câmara, admitiu que poderia ter havido um lapso no documento enviado aos Vereadores, uma vez que o documento inicial, de trabalho, foi sofrendo correções, informando que a versão correta iria ser remetida aos Vereadores. Ressalvou que o documento iria ser submetido a consulta pública, podendo sofrer ainda correções adicionais e posteriormente seria novamente submetido à Câmara Municipal para subscrição, antes de ser remetido para a Assembleia Municipal para aprovação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, o seguinte:

1.º - Subscrever a presente proposta de projeto de Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas,



Oliveira do Bairro câmara municipal

respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação/Proposta n.º 14 – Mandato 2017/2021, do Vice-Presidente da Câmara e datada de 2 de novembro de 2018 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Submeter o mesmo a audiência dos interessados e consulta pública, de acordo com o estatuído no artigo 100.º e 1 e 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, procedendo para o efeito, à sua publicitação em Diário da República e publicação no site institucional da Câmara Municipal na Internet, para que os interessados possam apresentar por escrito as suas sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicitação daquele projeto de regulamento no Diário da República;.....

3.º - Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;

4.º - Registando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento e subscrição;..

5.º - Uma vez concluída a elaboração da proposta regulamentar, a mesma deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 15 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE PLANO DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva e a Técnica Elsa Nunes.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse que o presente documento se revela fundamental para que o Município esteja apto a combater a realidade das alterações climáticas e igualmente por força de eventuais candidaturas que venham a ser abertas, lembrando que há pouco tempo se perdeu uma candidatura pelo facto de não se possuir este Plano aprovado.

Mais disse que o documento faz um enquadramento do País e do Concelho e depois uma análise estatística e remete para os três maiores perigos em termos de alterações climáticas: as ondas de calor, os períodos de seca e a precipitação intensa e enumera as formas de mitigação daqueles problemas.....

Seguidamente foi dado o uso da palavra à Técnica da empresa Irradiare que elaborou o presente



Oliveira do Bairro câmara municipal

Plano.

A **Técnica Dr.ª Elsa Nunes**, expôs a proposta de Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Oliveira do Bairro de uma força sucinta e com recurso a uma apresentação em PowerPoint, referindo, entre o mais que, o presente documento deve ser encarado como sendo suscetível de sofrer alterações por força de novas informações que venham a ser disponibilizadas quer por parte dos Técnicos Municipais, quer de outras pessoas ou entidades que trabalhem com o Município e que apresentem informação renovada.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que o Plano era muito genérico e daria para todos os Municípios do País, estando à espera que o documento fosse mais específico e mais adequado à especificidade do território de Oliveira do Bairro.

Por aquilo que analisou, o Plano não se adequa ao Concelho de Oliveira do Bairro, sendo, entre o mais, enunciados riscos de inundações e a necessidade de instalar sensores hidrográficos e a existência de um Gabinete de Apoio ao Agricultor que não existe no Concelho.

A **Técnica Dr.ª Elsa Nunes**, informou que o presente Plano foi construído com base na informação disponível e foi debatido com os Serviços Municipais e com o grupo de “*stakeholders*” que esteve presente na sessão de trabalho que o Município organizou.

No que respeita à instalação de sensores que previnam riscos de inundação, informou que o presente Plano contempla não só o que acontece de momento, mas igualmente aquilo que possa, previsivelmente, suceder no futuro.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que antes de o presente Plano ser submetido a consulta pública deveria sofrer correções ao nível do português e de parágrafos que se encontram repetidos.

Disse ser um Plano que urge ser aprovado, uma vez que incumbe aos Municípios dar azo às medidas elencadas em estreita articulação com os “*stakeholders*” mencionados e com a população, para que, em conjunto se consiga reverter os malefícios provocados nos últimos anos.

Mencionou ainda que o Concelho é diversificado, uma zona mais direcionada para a Pateira de Fermentelos e que possui uma biodiversidade diferente do restante Concelho e que é muito propícia a doenças e ainda zonas mais florestais onde se cimentou a plantação do eucalipto, pelo que considera urgente a implementação de algumas das iniciativas previstas no presente Plano.

O **Vereador António Mota**, referiu que no presente Plano se verificam algumas medidas a adotar, no Plano Municipal de Emergência também se veem medidas a adotar, o Plano Municipal de Defesa da Floresta também possui medidas a adotar, o que, do seu ponto de vista, significa que o Município começa a ter um excesso de Planos e não se estão a tomar medidas concretas em relação às situações, as quais devem ser implementadas.

Mais disse que, o presente Plano é muito genérico, poderia mesmo ser um copy/paste de um outro Concelho, não havendo adaptação a questões pontuais do Concelho de Oliveira do Bairro.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Em relação à gestão dos recursos hídricos, referiu ser uma das competências que os Municípios vão receber.

Procurou ainda, saber o custo de elaboração do presente Plano e se o mesmo tem apenas como finalidade as Candidaturas, não servindo de instrumento de gestão do território concelhio.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que os problemas ambientais têm tido a sua génese por responsabilidade dos políticos.

Acrescentou que são feitos alguns considerandos por parte do Vice-Presidente da Câmara que carecem de fundamentação, como seja o caso da redução das emissões de CO₂, no Município, em 20% até 2020.

Concordou com o Vereador António Mota, quando este referiu que o Plano era muito genérico, tanto assim é que não existem metas, até porque, todas aquelas ações que poderiam ser levadas a efeito pelo Município não estão a ser concretizadas.

Referiu que a aprovação do presente Plano irá servir para submeter eventuais Candidaturas, mas não resolve os problemas do Município, designadamente o aumento das emissões de CO₂ e o aumento da temperatura e o aumento dos níveis de água, considerando que aqueles são os verdadeiros desafios que, do seu ponto de vista, após a aprovação do Plano, permanecerão inalteráveis.

Considerou que terá de ser efetuada uma estimativa de custos em relação à implementação das iniciativas propostas no presente Plano, sendo que, nada está previsto no Orçamento Municipal. Procurou saber, que Técnico da Câmara Municipal tem conhecimento sobre esta matéria, quem é que irá realizar os respetivos levantamentos de necessidades e adquirir os equipamentos necessários à implementação das medidas propostas.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relembrou que após o atual Executivo Municipal ter tomado posse, surgiu a oportunidade de concorrer a uma Candidatura, a qual não foi aceite pelo facto de inexistir este Plano, daí ter sido solicitada a elaboração do mesmo para se poder estar munido de um documento, para o caso de surgir uma nova oportunidade de Candidatura que seja importante para o Município de Oliveira do Bairro.

Realçou que algumas das ações vão sendo implementadas à medida das possibilidades do Município, não havendo um excesso de Planos no Município porque os mesmos são verdadeiramente necessários, poderá é haver a impossibilidade de aplicar todas as medidas preconizadas nesses mesmos Planos no curto prazo.

Mais disse que se deve entender que as medidas a implementar serão para efetuar a médio/longo prazo, apesar de já terem sido tomadas algumas medidas de cariz ambiental, nomeadamente em termos de educação e sensibilização e até de práticas e nos próximos meses e anos irá haver a oportunidade de aplicar e fazer uma série de obras e medidas tendentes a uma maior proteção do



Oliveira do Bairro câmara municipal

ambiente e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, sendo certo que não será o Município de Oliveira do Bairro por si só, que vai impedir a subida do nível das águas, mas com certeza que, à sua escala, tomará as medidas necessárias para que tal não suceda.

O **Presidente da Câmara**, disse que o presente Plano, para além de ser uma necessidade para algumas Candidaturas que têm surgido, o Município tem realizado algum trabalho na área ambiental, algumas das quais bem visíveis como foi o caso da atribuição do “Selo Verde” e a implementação de medidas que visem a redução das emissões de CO2.....

Mais disse que todos têm noção, não ser o Município de Oliveira do Bairro que, por si só, irá conseguir a redução preconizada, mas tudo deverá fazer para contribuir para a diminuição dos efeitos das alterações climáticas, muito embora nem todos os Municípios reconheçam a necessidade de fazer investimentos na área ambiental.....

Referiu ainda que, paralelamente à elaboração dos Planos, o Executivo Municipal tem procurado implementar medidas constantes dos mesmos.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o custo de elaboração do Plano é de cerca de 5.000,00 € (cinco mil euros).

Informou ainda que a Câmara Municipal possui nos seus quadros uma Técnica de Ambiente e uma Divisão que trabalha nesta área.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a presente proposta do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, nas alíneas a) e t), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação/Proposta n.º 15 – Mandato 2017/2021, do Vice-Presidente da Câmara e datada de 2 de novembro de 2018 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de 20 dias úteis, a contar da data de publicitação daquele projeto em Edital nos lugares do costume e no site institucional da Câmara Municipal na Internet, para que os eventuais interessados possam, querendo, apresentar por escrito as suas sugestões ou contributos;

3.º - Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração do plano concluída;.....

4.º - Registando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento e subscrição;..

5.º - Uma vez concluída a elaboração da proposta de plano, a mesma deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea h), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de



Oliveira do Bairro câmara municipal

setembro, na sua atual redação.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 16 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu tratar-se de uma alteração ao tarifário em vigor, de forma a contemplar uma redução para as famílias numerosas e a inversão do ónus do pedido, que passa a ser obrigatório para quem pretenda beneficiar desta redução, a qual cumpre os valores permitidos pelo ERSAR.

O **Vereador António Mota**, relativamente aos custos da presente iniciativa, questionou se o Vice-Presidente da Câmara já tem uma ideia do montante que o Município irá deixar de receber.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que sendo uma taxa variável, dependerá do consumo e do número de famílias que efetivamente o solicitem. De acordo com as simulações efetuadas estima-se que a redução da receita não seja superior a 3%, e, por conseguinte, enquadrados nos valores definidos pelo ERSAR.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a presente proposta de projeto de alterações ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação/Proposta n.º 16 – Mandato 2017/2021, do Vice-Presidente da Câmara e datada de 5 de novembro de 2018 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Submeter o mesmo a consulta pública, de acordo com o estatuído no n.º 1 e 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, procedendo para o efeito, à sua publicação no site institucional da Câmara Municipal na Internet, para que os interessados possam apresentar por escrito as suas sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicitação daquele projeto em Edital;.....

3.º - Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;

4.º - Registando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento e subscrição;..

5.º - Uma vez concluída a elaboração da proposta regulamentar, a mesma deverá ser submetida à



Oliveira do Bairro câmara municipal

aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.....

PONTO 5 – PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS EXTERIORES DA ESCOLA DR. ACÁCIO DE AZEVEDO AO CAO-CLUBE DE ATLETISMO DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto.....

A **Vereadora Susana Martins**, informou que a CAO-Clube solicitou o espaço exterior da Escola Dr. Acácio de Azevedo para melhor desenvolver a sua atividade e por certo, melhorar o seu rendimento desportivo.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência das Instalações Desportivas Exteriores da Escola Dr. Acácio de Azevedo, ao CAO-Clube de Atletismo de Oliveira do Bairro, durante a época desportiva 2018/2019 e aprovar a respetiva minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 6 – PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DO PAVILHÃO DESPORTIVO DA ESCOLA DR. ACÁCIO DE AZEVEDO AO ATÓMICOS SPORT CLUBE.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto e o Vereador António Mota.....

A **Vereadora Susana Martins**, informou que de igual forma os Atómicos solicitaram a disponibilização do Pavilhão da Escola Dr. Acácio de Azevedo, uma vez que se encontram a iniciar diferentes escalões de formação e necessita daquele espaço para desenvolver a sua atividade.

O **Vereador António Mota**, considerando que os Atómicos já ocupam as instalações do Pavilhão Municipal, procurou saber os motivos que levaram a que fossem para o Pavilhão da Escola Dr. Acácio de Azevedo.....

A **Vereadora Susana Martins**, confirmou que era uma utilização simultânea dos dois espaços, em virtude de estarem a iniciar as modalidades de formação de basquetebol e futsal, daí terem solicitado outro espaço.....

O **Vereador António Mota**, tendo em atenção que a Câmara Municipal suportava já as despesas de manutenção e conservação do Pavilhão Municipal, questionou quem é que irá suportar essas despesas no Pavilhão da Escola Dr. Acácio de Azevedo.



Oliveira do Bairro câmara municipal

A **Vereadora Susana Martins**, recordou que, com o Contrato de Delegação de Competências, aquele espaço pertence à Câmara Municipal, o que significa que os direitos e obrigações serão os mesmos relativamente à cedência do Pavilhão Municipal, sendo a Associação responsável por eventuais danos decorrentes do uso do equipamento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência das Instalações do Pavilhão Desportivo da Escola Dr. Acácio de Azevedo, ao Atómicos Sport Clube, durante a época desportiva 2018/2019 e aprovar a respetiva minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 63/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES INSCRITAS NA BASE DE DADOS MUNICIPAL DE ASSOCIAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, informou que a presente atribuição vem no seguimento das anteriormente efetuadas às Associações que já efetuaram a sua inscrição na Base de Dados Municipal e à medida que vão cumprindo as regras necessárias à atribuição do subsídio.

O **Vereador Fernando Silva**, tendo em atenção que a informação é única e a atribuição do subsídio irá ser votada na sua globalidade, disse ter consciência que anualmente é atribuído o subsídio ao Rotary Club de Oliveira do Bairro, colocando, contudo, em causa a atribuição a esta Associação, considerando que a mesma não se assemelha a nenhuma IPSS ou a uma Associação, tanto mais que somente se pode ser associado por convite, não sendo, por conseguinte, aberta a qualquer pessoa. Por conseguinte, solicitou que o Presidente da Câmara equacionasse a possibilidade de pedir um parecer à CCDR-C e questionar sobre a legalidade desta mesma atribuição.

O **Vereador António Mota**, disse que o Vereador Fernando Silva tinha colocado uma questão que lhe criou algumas dúvidas sobre o seu sentido de voto, uma vez que o mesmo poderá acarretar algum tipo de consequências no caso de não ser legal a atribuição do subsídio ao Rotary Club de Oliveira do Bairro.

O **Presidente da Câmara**, informou que iria colocar o ponto à votação na sua íntegra e irá ser solicitado o respetivo esclarecimento para que não subsistam dúvidas, ficando a atribuição do subsídio ao Rotary Club de Oliveira do Bairro condicionado à obtenção de parecer favorável.

O **Vereador Fernando Silva**, desafiou a Jurista presente a solicitar um parecer jurídico sobre esta matéria, uma vez que já foram cometidas ilegalidades no passado. Uma proposta é votada tal qual é apresentada, não podendo haver uma parte que é aprovada e outra que é rejeitada e, por



Oliveira do Bairro câmara municipal

consequente, não irá votar da forma como o Presidente da Câmara pretende.

O **Presidente da Câmara**, reiterou que iria colocar o assunto à votação, ficando a atribuição do subsídio ao Rotary Club de Oliveira do Bairro, sujeito à obtenção de parecer favorável relativamente à legalidade da sua atribuição.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e as Associações Inscritas na Base de Dados Municipal, com vista à atribuição dos seguintes apoios financeiros:

Designação da Entidade	Subsídio
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva – Acordy Verdy	1.500,00 €
Associação dos Amigos de Malhapão	3.500,00 €
Associação Jovem Oianense	750,00 €
Associação Orfeão Sol do Troviscal	1.500,00 €
Casa do Povo do Troviscal	3.500,00 €
Círculo de Cultura Musical da Bairrada	4.000,00 €
Associação de Promoção e Mobilização da Comunidade	2.000,00 €
Sociedade de S. Vicente de Paulo - Núcleo de Oliveira do Bairro	1.000,00 €

2.º - Os acertos, a haverem, relativo ao Apoio Financeiro Global, serão efetuados no cálculo do Apoio Financeiro Global referente ao ano de 2019;.....

3.º - Designar o Chefe de Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos;

Mais foi deliberado, por maioria, com o voto contra do Vereador Fernando Silva e a abstenção dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, atribuir um apoio financeiro ao Rotary Club de Oliveira do Bairro, no montante de 500,00 € (quinhentos euros), sob condição de parecer favorável da CCDD-C, quanto à legalidade daquele apoio.

O **Vereador Fernando Silva**, declarou ter votado desfavoravelmente a atribuição do subsídio ao Rotary Club de Oliveira do Bairro, entendendo que a votação foi efetuada de forma irregular e os subsídios às restantes Associações, ainda que votados favoravelmente por todos os Vereadores, não poderão ser pagos pelo facto de a Proposta não cumprir a legalidade, ou seja, uma Proposta somente pode ser aceite ou reprovada na sua globalidade e nunca nos termos em que o Presidente pretendeu que fosse votada e como foi votada.

Disse ainda, que a presente votação é irregular, tendo em atenção que a atribuição de subsídios às restantes Associações, ainda que aprovados por unanimidade dos Vereadores presentes, não podem



Oliveira do Bairro câmara municipal

ser pagos uma vez que, no seu entender, a proposta não cumpre a legalidade. Acrescentou que uma proposta somente pode ser aprovada ou rejeitada na sua globalidade e nunca nos termos em que o Presidente da Câmara pretendeu que fosse votada.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, declarou que os Vereadores do PPD/PSD votaram a favor da atribuição dos subsídios na sua globalidade, abstendo-se, contudo, em relação ao subsídio a atribuir ao Rotary Club de Oliveira do Bairro, por poder ferir a legalidade processual.

O **Presidente da Câmara**, informou que rapidamente se irá esclarecer a situação para que não subsista qualquer tipo de melindre relativamente ao subsídio a atribuir ao Rotary Club de Oliveira do Bairro.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 64/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO BAIRRO – SEGURO DA FROTA AFETA À PROTEÇÃO CIVIL

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, recordou que os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, têm vindo, anualmente, a solicitar apoio para pagar o seguro da frota adstrita à Proteção Civil, tendo a Câmara Municipal acedido a esse mesmo pedido.

Mais esclareceu que no Plano de Atividades e Orçamento para o próximo ano consta uma verba destinada aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, que contempla já este mesmo apoio.

O **Vereador Fernando Silva**, disse nada ter a objetar relativamente a este apoio, contudo a Minuta de Contrato menciona que a Câmara Municipal detém competências na área da promoção da saúde e prevenção de doenças e o apoio de eventos, quando deveria tão somente dizer que era a atribuição de apoio para o seguro de frota.

O **Presidente da Câmara**, muito embora possa concordar com a sugestão do Vereador Fernando Silva, informou que a norma inscrita no articulado do Contrato Programa é uma norma genérica.

O **Vereador António Mota**, disse concordar que deveria ser feita apenas a referência ao destino a dar, ou seja, o pagamento do seguro das viaturas adstritas à Proteção Civil.

O **Presidente da Câmara**, referiu que os Vereadores não deverão ter lido o Contrato Programa na sua íntegra, uma vez que a cláusula segunda, refere o destino a dar à verba em causa.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Aprovar, após prévia cabimentação, a atribuição de um apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira do Bairro, no montante de 6.000,00 € (seis mil euros), nos termos da Informação/Proposta n.º 64|GAP, datada de 29 de outubro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.



Oliveira do Bairro câmara municipal

2.º - Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

3.º - Designar o Chefe de Divisão de Manutenção e Serviços Urbanos, Eng.º Paulo Araújo como gestor do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 9 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que este assunto tem de vir anualmente a Reunião de Câmara para que seja possível assumir despesa até um determinado montante sobejamente conhecido.....

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou que o Movimento UPOB votou contra a Proposta de Delegação de Competências da Câmara Municipal para o Presidente da Câmara, tendo em atenção que a população não deu uma maioria absoluta ao CDS-PP e dado entender não haver necessidade de atribuir igualmente esta competência ao Presidente da Câmara, irá votar contra.

O **Vereador António Mota**, referiu que o PPD/PSD não irá votar favoravelmente esta Proposta, porque do seu ponto de vista não serão muitas as situações em que tal sucederá e as que houverem poderão ser presentes ao Executivo Municipal para serem aprovadas.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu não se tratar de autorização da Câmara Municipal, mas antes de autorização da Assembleia Municipal, dado que alguns contratos, nomeadamente de gás, eletricidade, telecomunicações, entre outros, por passarem o ano civil teriam de ser aprovados pela Assembleia Municipal, o que atrasaria, necessariamente, o procedimento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, aprovar e subscrever a Informação da Unidade de 2.º Grau Económica, Financeira e Patrimonial, datada de 2 de novembro de 2018, nos exatos termos exarados e remeter o assunto à Assembleia Municipal com vista à competente autorização.....

PONTO 10 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 334.2018|DGUOM - APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES DAS ALTERAÇÕES AOS ESPAÇOS A E B, REFERENTE AO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU) 'P03 – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA CERÂMICA ROCHA'

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, recordou que desde o início de mandato o compromisso assumido foi o de apresentar em Reunião de Câmara todos os passos no que respeita à Reabilitação do Edifício da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Antiga Cerâmica Rocha. Por conseguinte, o que está em causa é a aprovação dos Projetos de Arquitetura e Especialidade.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou a sua abordagem crítica relativamente a uma situação semelhante a esta, no que respeita à Escola Dr. Fernando Peixinho, em que foi adotado o mesmo procedimento. Afirmou que ninguém parece querer saber quanto é que custará as alterações em causa, como é que vem uma proposta ao órgão Executivo para ser aprovada e ninguém diz quanto é que custa, nem que impactos tem na empreitada, se a empreitada está suspensa. Referiu, em suma, haver falta de rigor na apresentação desta Proposta.

Disse concordar com a manutenção e reabilitação das pré-existências, não concordando, contudo, com a função do Espaço A, do Restaurante, como já referido em anteriores Reuniões do Executivo Municipal e pretende que seja assegurado que está garantida a estabilidade das chaminés e dos fornos e de igual modo, disse desconhecer o que irá ser exposto no Museu ao ar livre e onde é que será exposto o espólio documental de material da Cerâmica, o que significa que a função principal daquele espaço continua a não estar garantida, nem definida.

Do seu ponto de vista, tal como se encontra, este projeto não é prioritário para o Concelho e ainda mais quando não se tem ideia de quanto irá custar.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, lembrou que em Reuniões anteriores foram dadas uma série de sugestões para o espaço em causa, pelo que a própria Memória Descritiva do Projeto deve merecer uma reformulação, uma vez que a mesma é bastante confusa.

Referiu que aquele espaço será um ex-libris do Concelho de Oliveira do Bairro, mas mais do que o espaço, é o espólio que possui, não havendo qualquer referência ao destino a dar ao referido espólio, uma vez que se trata de peças de arqueologia industrial contemporânea e foram muitos que consultaram o livro editado acerca da Cerâmica Rocha, para servir de suporte aos respetivos relatórios ou estudos. Assim, no seu entender, a Câmara Municipal deve acautelar o espólio existente e associá-lo ao espaço requalificado e esta é uma oportunidade de inserir aquele Museu na Rede de Museus Concelhios já existente e aumentar a amplitude daquela Rede, não só à escala do Concelho, mas também a nível Regional e Nacional.

O **Vereador António Mota**, referiu que o que caracteriza o pulso de um político são as suas decisões e a assunção de responsabilidades das suas decisões. Disse concordar que seja alterado um dado Projeto, dando um cunho pessoal e especial ao mesmo, mas essas alterações têm de ser acompanhadas da quantificação de custos que aquelas alterações deram lugar, de modo a que os Vereadores tenham condições para votar em consciência, contudo e mais uma vez, essa informação ainda não foi prestada.

Mais referiu que, poderá não haver lugar a Trabalhos a Mais, que há Trabalhos a Menos que compensem estas alterações, mas deveria ter sido apresentado uma tabela com essa mesma



Oliveira do Bairro câmara municipal

informação, de modo a que os Vereadores pudessem verificar as consequências da proposta de alteração ao projeto.....

Disse lamentar que um projetista, que elabora o projeto inicial não veja determinados aspetos quando está a elaborar o projeto, sendo provável que, daqui a um mês seja necessário aprovar novas alterações ao projeto.....

Terminou, referindo que a quantificação de custos da presente alteração é tão mais necessária para se conseguir observar a execução do Plano de Atividades e Orçamento e ver as dificuldades em avançar com outras obras porque irá ter de assumir custos em relação a esta e a outras obras decorrente das alterações efetuadas aos projetos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o projeto da Cerâmica Rocha tem sido amplamente debatido em Reunião de Câmara, pelo que não entende o que foi agora alterado, tanto assim é que na última Reunião de Câmara os Vereadores foram informados do que iria ser efetuado e a razão de ser das alterações ao projeto inicial, da mesma forma foi explicado o que iria suceder ao espólio da Cerâmica Rocha e, por conseguinte, na sua opinião, a base essencial do projeto encontra-se salvaguardado... Recordou que o espaço não foi recuperado durante doze anos, foi uma opção do anterior Executivo Municipal, mas que o levou ao estado em que atualmente se encontra, mas agora está-se a tentar recuperar o máximo que lá existe.

Mais lembrou o facto de ser extremamente difícil a execução da obra uma vez que se está a mexer em ruínas e os custos inerentes às alterações que se vão introduzindo são por vezes difíceis de quantificar antecipadamente, uma vez que podem surgir somente no decurso da execução da obra.. Referiu ter havido o cuidado de comunicar estas alterações à CCDR-C, de forma a que aquela entidade esteja sempre a par dos progressos da obra.....

O **Vereador António Mota**, referiu que a Informação Técnica menciona que as alterações implicam Trabalhos a Mais a Preços Contratuais da mesma espécie e acordar Trabalhos de espécie diferente. São estes Trabalhos de espécie diferente que, para si, serão os mais preocupantes, porque podem fazer aumentar vertiginosamente o valor da empreitada.....

O **Vereador Fernando Silva**, disse que se recusava a aprovar fosse o que fosse sem saber os correspondentes custos. Acrescentou não ser da responsabilidade do dono da obra, eventuais custos associados a erros de projetos ou omissões no projeto, sendo que a Lei refere que se algo não poder ser feito da forma como se encontra no Projeto, colocado a Concurso e aceite, e isso implicar Trabalhos diferentes, é retirado esse valor que era para ser executado e o empreiteiro é responsável na totalidade dos novos Trabalhos, podendo, contudo, ser ressarcido pelo projetista pelos custos havidos.

Mais disse que, da forma como se está a proceder, abre-se um caminho para que, de cada vez que há uma alteração ao Projeto, estar-se a prejudicar o Município, pelo que, sem quantificação de custos



Oliveira do Bairro câmara municipal

votará sempre contra.

Referiu que não compete aos Vereadores saber se um projeto está correto ou não, compete isso sim, pronunciarem-se acerca dos encargos inerentes ao Projeto e neste caso em concreto, associados a uma alteração ao Projeto inicial, e essa informação não foi prestada.....

O **Presidente da Câmara**, informou não ter sido presente a quantificação dos custos, pelo facto de se pretender proteger uma fachada lateral dos antigos escritórios e que somente com as demolições havidas é que se conseguirá aferir com rigor os correspondentes custos, mas assim que os mesmos forem apurados serão presentes em Reunião do Executivo Municipal. Esta alteração foi solicitada pelo Município, nada tendo a ver com o Projeto inicial a que o empreiteiro concorreu.

O **Vereador António Mota**, referiu que, quando se pretende efetuar alterações em obra, tem de se assumir os custos que essas alterações vão ter, no entanto, ao que parece, pretende-se levar a efeito a presente alteração sem se ter uma noção dos custos envolvidos.

O **Presidente da Câmara**, informou que a equipa projetista já efetuou o apuramento dos custos, os quais serão brevemente presentes ao Executivo Municipal para aprovação.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com os votos contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, aprovar a Proposta de Alteração ao Projeto de Arquitetura e Especialidades das Alterações aos Espaços A e B referente ao Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) "P03 – Reabilitação do Edifício da antiga Cerâmica Rocha", nos exatos termos exarados na Informação Técnica 334.2018|DGUOM, datada de 31.10.2018 e Informação da Divisão de Gestão Urbanística e Obras Municipais, datada de 05.11.2018, que aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais.....

O **Vereador António Mota**, declarou que os Vereadores do PPD/PSD votaram contra, por não ter sido apresentado pelos Serviços Técnicos, nem informado pelo Presidente da Câmara, o custo total das alterações apresentadas ao Empreiteiro.....

O **Presidente da Câmara**, declarou que os custos decorrentes da alteração ao Projeto agora aprovado, serão apresentados assim que apuradas as questões por si apontadas nas suas intervenções e de forma a cumprir os requisitos da Candidatura.....

PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 178/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2018, AO CÍRCULO DE CULTURA MUSICAL DA BAIRRADA PARA A REALIZAÇÃO DO CONCERTO "CANTAR O NATAL".....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 16 de dezembro de 2018 ao Círculo de Cultura Musical da Bairrada, para efeitos de realização do Concerto "Cantar o Natal", nos termos da Informação/Proposta



Oliveira do Bairro câmara municipal

n.º 178/2018 da Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer datada de 18 de outubro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 180/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2018, AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO, PARA A REALIZAÇÃO DA “FESTA DE NATAL”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 14 de dezembro de 2018 ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, para efeitos de realização da “Festa de Natal”, nos termos da Informação/Proposta n.º 180/2018 da Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer datada de 26 de outubro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 181/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2018, À TERTÚLIA BAIRRADINA-GRUPO DE FADOS DE COIMBRA, PARA AS COMEMORAÇÕES DO SEU 25.º ANIVERSÁRIO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 15 de dezembro de 2018 à Tertúlia Bairradina, para efeitos de realização das Comemorações do “25.º Aniversário”, nos termos da Informação/Proposta n.º 181/2018 da Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer datada de 26 de outubro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 185/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2018, AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA BAIRRADA, PARA A REALIZAÇÃO DE “CONCERTO DE ANIVERSÁRIO”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 24 de novembro de 2018 ao Conservatório de Música da Bairrada, para efeitos de realização de “Concerto de Aniversário”, nos termos da Informação/Proposta n.º 185/2018 da Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer datada de 30 de outubro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 264/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA À UNIÃO



Oliveira do Bairro câmara municipal

DESPORTIVA DE BUSTOS E MAMARROSA FUTEBOL CLUBE, DO CAMPO DR. SANTOS PATO PARA A REALIZAÇÃO DE TREINOS E JOGOS

Por se declarar impedido, o Vereador Álvaro Ferreira, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na votação e discussão do presente assunto, declaração de impedimento que foi aceite pelo Presidente da Câmara.....

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que o Campo Dr. Santos Pato foi solicitado por duas Associações do Concelho, depois de uma reunião para se conseguir um acordo em relação a horários que se sobrepunham, o que foi conseguido, foi elaborada a presente Minuta de Contrato Programa que se encontra agora para aprovação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro, a União Desportiva de Bustos e o Mamarrosa Futebol Clube, referente à utilização das Instalações Desportivas denominadas Dr. Santos Pato, na época desportiva 2018/2019.

PONTO 16 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 277/2018 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – FUNDO DE CAIXA PARA CARLA SILVA

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um fundo de caixa anual no montante de 15,00 € (quinze euros) à colaboradora Carla Silva, para o desempenho das suas funções no Parque Desportivo de Oliveira do Bairro, nos termos da Informação/Proposta 277/2018 da Unidade de 2.º Grau de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, datada de 25.10.2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 17 – PROPOSTA APRESENTADA PELOS VEREADORES DO PPD/PSD – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DE 4,25% NO IRS

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vereador Álvaro Ferreira a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, lembrou que a presente Proposta foi apresentada aquando da discussão acerca da Participação no IRS, então aprovada por maioria, dado entender que deveria haver um maior alívio da carga fiscal para os Municípios do Concelho, tanto mais que a Receita arrecadada com o IRS ter vindo a aumentar.

O **Vereador António Mota**, referiu que esta redução, de 0,25%, não apresenta efeitos significativos



Oliveira do Bairro câmara municipal

em termos orçamentais, representando cerca de 34.000,00 € (trinta e quatro mil euros), até porque o Município irá receber no corrente ano, mais de trezentos mil euros relativamente ao ano anterior e irá aliviar um pouco mais os Municípios do Concelho.

O **Vereador Fernando Silva**, disse ser com grande desconforto que vê o presente assunto na Ordem de Trabalhos da Reunião de Câmara, dado desconhecer porque razão foi o mesmo inserido.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que, apesar de o assunto já ter sido deliberado, havendo uma Proposta diferente, a mesma deveria ser discutida antes da realização da Assembleia Municipal a quem incumbe aprovar a percentagem de aplicação no IRS, daí a sua inclusão na presente Reunião de Câmara.

O **Vereador Fernando Silva**, disse já ter havido uma deliberação sobre o presente assunto, pelo que a presente Proposta alternativa deveria ter sido votada na Reunião em que foi apresentada, porque o próprio Plano de Atividades e Orçamento foi já subscrito em Reunião de Câmara, pelo que, a ser aprovada a presente Proposta, implicaria obrigatoriamente uma alteração àquele documento, ou seja, teria de ser, novamente, presente a Reunião de Câmara, daí que considere que a mesma não deveria ter sido apresentada para deliberação.

O **Vereador António Mota**, referiu que, se for feita uma análise política da situação a Proposta faz todo o sentido, é um pensamento do Partido Social Democrata que apresentou a este Executivo Municipal para ser votado. Recordou que no ano transato, a Assembleia Municipal apresentou uma Proposta em relação aos Impostos, de valor diferente ao da Câmara Municipal e as mesmas foram aprovadas, porque é o órgão competente para tal e neste caso em concreto, o órgão Executivo Municipal tomará a decisão que entender.

O **Presidente da Câmara**, informou que, no caso de a presente Proposta ser aprovada, não implicará uma alteração ao documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.

Informou que o mesmo não esteve presente na última Reunião de Câmara Extraordinária, dado entender que estas Propostas devem ser apresentadas nas Reuniões Ordinárias.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra do Presidente da Câmara, do Vice-Presidente da Câmara e dos Vereadores Susana Martins e Inês Carreira, a abstenção do Vereador Fernando Silva e os votos a favor dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, rejeitar a Proposta sobre a participação de 4,25% no IRS, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, subscrita pelos Vereadores do PPD/PSD.

O **Vereador António Mota**, declarou que os Vereadores do PPD/PSD tinham votado favoravelmente a presente Proposta pelos motivos constantes da mesma.

.....
.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 7 de novembro do ano de 2018, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.586.493 Euros e 99 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 743.951 Euros e 52 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.330.445 Euros e 51 Cêntimos

.....
.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas e vinte minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Inês Pinhal Carreira

Susana Maria da Silva Martins



Oliveira do Bairro câmara municipal

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva